

REDE NOSSA SÃO PAULO

Este documento faz parte do
Repositório Digital da
Rede Nossa São Paulo

www.nossasaopaulo.org.br

Facebook, Youtube e G+: Rede Nossa São Paulo

Twitter: @nossasaopaulo

COLEGIADO 10/06/2009

Participantes: Luis França, Gustavo Cherubine, Lucila Lacreta, Jorge Kayano, Maurício Piragino (Xixo), Sérgio Mauro (Sema), Maurício Broinizi, Odilon Guedes, Oded Grajew, Zuleica Goulart, Luis Amaral, Carmem Cecília (Caci), Gladys, Jorge Wilhelm, George Winnick, Sérgio, Airton Goes, Luanda Nera, Mário Bracco

Informes:

- O debate realizado na Câmara Municipal, em 8 de junho, abriu alguns caminhos que precisamos continuar. No seminário, o vereador João Antônio informou que está presidindo uma comissão para rever o regimento interno e a Lei Orgânica do Município. Ele garantiu que o processo vai ser aberto, está chamando advogados da OAB, outros representantes da sociedade etc. Antes disso precisamos formalizar nossas propostas, apresentar uma posição clara. Os GTs Democracia Participativa, Jurídico e Acompanhamento da Câmara podem apresentar propostas (*a reunião conjunta entre os três GTs foi realizada no dia 22/6*). Na carta-compromisso que apresentamos aos vereadores já explicitamos algumas propostas. Odilon poderia ajudar também.

- Conferência Nacional de Comunicação – precisamos discutir isso em algum momento, mobilizar as redes. A conferência deve ser realizada em dezembro.

- No dia 23 de julho, o Conama vai discutir a fase 6 do Proconve, que diz respeito aos veículos leves que utilizam diesel. Podemos negociar a participação do Movimento nessa reunião. Gustavo propôs uma reunião com representantes da sociedade civil que fazem parte do Conama e integrantes do colegiado do MNSP a ser realizada em São Paulo. (*a reunião está sendo agendada pela secretaria executiva do MNSP*)

- Movimento e a Câmara estão organizando um seminário sobre a dívida do município.

PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO

A percepção da sociedade organizada frente à revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE).

Lucila Lacreta, Defenda São Paulo:

Plano diretor tem vigência de 10 anos, até 2012. Nele está prevista uma revisão de 4 em 4 anos – a primeira seria no final de 2004, mas foi pedido à Câmara um adiamento do prazo e a revisão começou efetivamente em 2005, na gestão do Serra-Kassab. O problema começou quando o ex-prefeito Serra decidiu juntar a lei do plano diretor e a lei do zoneamento e fazer uma revisão única. A lei do zoneamento tem mais de 3 mil artigos e a do plano diretor, 300 artigos. Nossa opinião é que a questão do zoneamento atrai interesses pontuais e poderia desvirtuar a discussão do plano diretor. O Ministério Público concordou que a revisão daquela forma era ilegal, assim como o judiciário. Com isso, foi decidido que deveria ser feita primeiramente a revisão do PDE e, depois, da lei do zoneamento. “Mas a confusão já estava formada, porque a população já estava na expectativa de discutir as questões de zoneamento. Fizemos vários protestos, mas foi difícil trazer o foco para o PDE”.

“São Paulo não pode viver sem um plano de transporte. O PDE, como está hoje, permite que sejam adensadas várias regiões da cidade. Também não há nada que limite as operações urbanas nas várzeas. A contaminação do solo também tem que estar no plano diretor – as operações urbanas, muitas delas estão em áreas que são contaminadas”.

Outro grande problema: impermeabilização das áreas. O distrito da República, por exemplo, está 98,5% impermeável.

A falta de um plano diretor para drenagem urbana também é grave. Precisariamos adequar o plano diretor ao plano de drenagem do Estado, garantir a permeabilidade dos lotes, recuperar rios e córregos e controlar poluição difusa.

“A cidade perde mobilidade dia a dia e precisa de um plano de transporte corajoso e contundente que realmente privilegiasse o transporte coletivo. As metas não estão claras”.

O PDE atual impõe licenciamento ambiental para operações urbanas, mas a revisão deixa isso vago. “A grande vantagem da revisão é repensar a forma de ocupação – ninguém é contra o progresso, a verticalização, mas isso tem que ser feito com responsabilidade”.

A sociedade civil não está preparada para se organizar sem uma lei marco, como o PDE. “Acidade tem diferenças gritantes, não pode ser tratada como uma coisa só. Precisamos de um plano de médio e longo prazos, com recursos e metas a cumprir. Por isso queremos que o plano volte ao Executivo, para que o prefeito dê todas as respostas. O Legislativo não tem estrutura técnica para ajustar tantas questões. Ao prefeito cabe planejar, por mais boa vontade que tenham os vereadores. A tarefa é enorme”.

Jorge Wilhelm

Compartilho com ela a tese de que a revisão tem que ser retirada e refeita no Executivo. O plano de transporte até foi feito, mas desconectado do plano macro. O projeto de lei da revisão carece de qualquer avaliação sobre o que funcionou e o que não funcionou. Não há qualquer avaliação. Sem avaliação não há justificativas.

Mas temos que separar as coisas. Talvez possamos considerar que, em vez de uma revisão agora, não é o caso de já começar a planejar a revisão de 2012. A previsão é que é que o atual seja substituído por um novo em 2012. São duas ações: retirar a revisão agora e já pensar na próxima.

Kayano

O impacto desse tipo de revisão que está ocorrendo em São Paulo é o mesmo provocado pela MP da grilagem. Se o plano atual contribuiu pouco para a redução das desigualdades

na cidade, imagine sem esses instrumentos legais. As entidades estão unânimes em defender a retirada do projeto de revisão.

Oded

Minha proposta é que a discussão a partir de agora deve ser política, não técnica. Vamos retirar o plano? Mobilizar a sociedade civil para elaborar um plano diretor 2012? A unanimidade é que a revisão é danosa e o que fazer a partir de agora? Vamos atuar junto com a câmara ou vamos à justiça?

Maurício

Percebo que o vereador Police Neto está pessoalmente afetado com as recentes acusações. Ele chamou a sociedade civil à participação na revisão e fez críticas dizendo que a população não valoriza o Legislativo. Devemos ter uma frente de atuação também no Legislativo. Se não levarmos isso em consideração, corremos o risco de criar uma estratégia errada. Por outro lado, temos que fazer uma pressão forte no Executivo, para que ele retire o projeto. Também temos que reunir uma comissão do Judiciário já que há entraves jurídicos importantes. Temos que abrir uma estratégia nos três campos: Executivo, Legislativo e Executivo.

Odilon

Quando essa revisão começou houve pouquíssima participação da sociedade. A grande maioria dos vereadores sequer sabia o que estava acontecendo. Podemos chamar o Police Neto para discutir com a sociedade.

Sema

Temos que fazer uma pressão na câmara e mostrar que o plano é técnico e que, por isso, deve voltar para o Executivo.

Oded

Podemos elaborar um documento de uma página ou meia para ganhar a população. Temos que falar em coisas compreensíveis – congestionamento, enchente.... são palavras que

fazem parte do cotidiano da população. E ganharmos o apoio da sociedade, dos mais pobres aos mais ricos, mostrar o que vai impactar na vida de cada um. A Prefeitura está se aproveitando da obscuridade desse tema. Essa batalha é de gigantes. Temos que atuar em várias frentes – esse manifesto vai ser a base de tudo. Precisamos de um plano de comunicação para esse manifesto. Estamos perto de 2012, e isso pode fazer parte dos argumentos. Precisamos já pensar numa proposta da sociedade.

Maurício

O Police Neto está contratando assessoria especializada e se propondo a conversar com todo mundo, fazer audiências nos 96 distritos. Não podemos simplesmente dizer para ele que a câmara não tem condições de tratar do assunto. Se batermos de frente, ele toca a revisão e pronto.

Xixo

Podemos começar a enfatizar esse assunto nas reuniões da Frente Parlamentar pelo Conselho de Representantes.

George

A disputa vai se dar a partir do momento em que as pessoas entenderem sobre o que estamos falando.

Sema

Não cabe à Câmara ficar contratando especialistas para tentar ocupar o papel do Executivo.

Airton

A possibilidade dos vereadores devolverem o projeto é nula. Por isso temos que ter um plano B.

Oded

Temos que partir do diagnóstico mais realista possível. Os meios de comunicação precisam começar a entender. Precisamos de uma comissão para pensar a didática disso. Vamos fazer um grupo executivo.

ENCAMINHAMENTOS:

- Elaborar um manifesto de uma página ou meia para ganhar a população. Temos que falar em coisas compreensíveis – congestionamento, enchente... são palavras que fazem parte do cotidiano da população. E ganharmos o apoio da sociedade, dos mais pobres aos mais ricos, mostrar o que vai impactar na vida de cada um.
- Planejar a divulgação desse manifesto na mídia e nas organizações da sociedade civil.
- Criar e manter uma comissão executiva no MNSP para pensar que estratégias políticas devemos adotar.
- Abrir frentes de atuação nas três esferas – Executivo, Legislativo e Judiciário.

Rubens Born – ambientalista com participações na ECO 92, Agenda 21, representa hoje a Vitae Civilis.

Voltamos a ter sede em São Paulo. A proposta da lei que introduz a obrigação de energia solar foi nossa, foi feita ao Eduardo Jorge.

Sobre a campanha do clima:

Desde 2007, começamos a desenvolver uma campanha sobre as mudanças climáticas, já visando a reunião em Copenhague, em dezembro. Campanha envolve organizações, sindicatos, ambientalistas, com foco nas negociações do clima.

O MNSP pode pensar de que maneira as questões globais podem nos ajudar nos desafios locais, como mobilidade urbana, plano diretor etc... O MNSP pode contribuir muito para a campanha. O mote é “o tempo está se esgotando”.

ENCAMINHAMENTOS:

- Podemos atuar juntos no Dia Mundial Sem Carro. Trazer essas questões para a realidade urbana.
 - Também podemos reafirmar que a discussão do plano diretor se insere no contexto das mudanças climáticas.
-

Frente Parlamentar

Reunião na semana passada. Aprovado o folheto que será distribuído pela câmara. A produção é da Câmara. O GT fez um estudo da lei 1381 sugerindo alterações a serem apresentadas na frente. A frente continua aberta para adesões, assinaturas. É fundamental que as entidades participem.

A perspectiva é que o conselho de representantes seja escolhido ainda neste ano.
